

UM ESCÂNDALO LEVA A OUTRO

José Paulo Lacerda/AE—22/10/93

A CPI do Orçamento continua a faxina da política iniciada com o impeachment de Collor

RICARDO BALTHAZAR

Parecia que 1992 já tinha dado o bastante em matéria de corrupção, mas 1993 ofereceu muito mais nesse campo. Com a CPI do Orçamento, começou a ser desvendado um gigantesco esquema de corrupção e manipulação de dinheiro público com ramificações no Congresso e no governo federal. As investigações não terminaram. A CPI encerra seu trabalho em duas semanas e deixa para o Congresso e a Justiça o fim da faxina. Pelo menos 14 políticos podem ser cassados em 94.

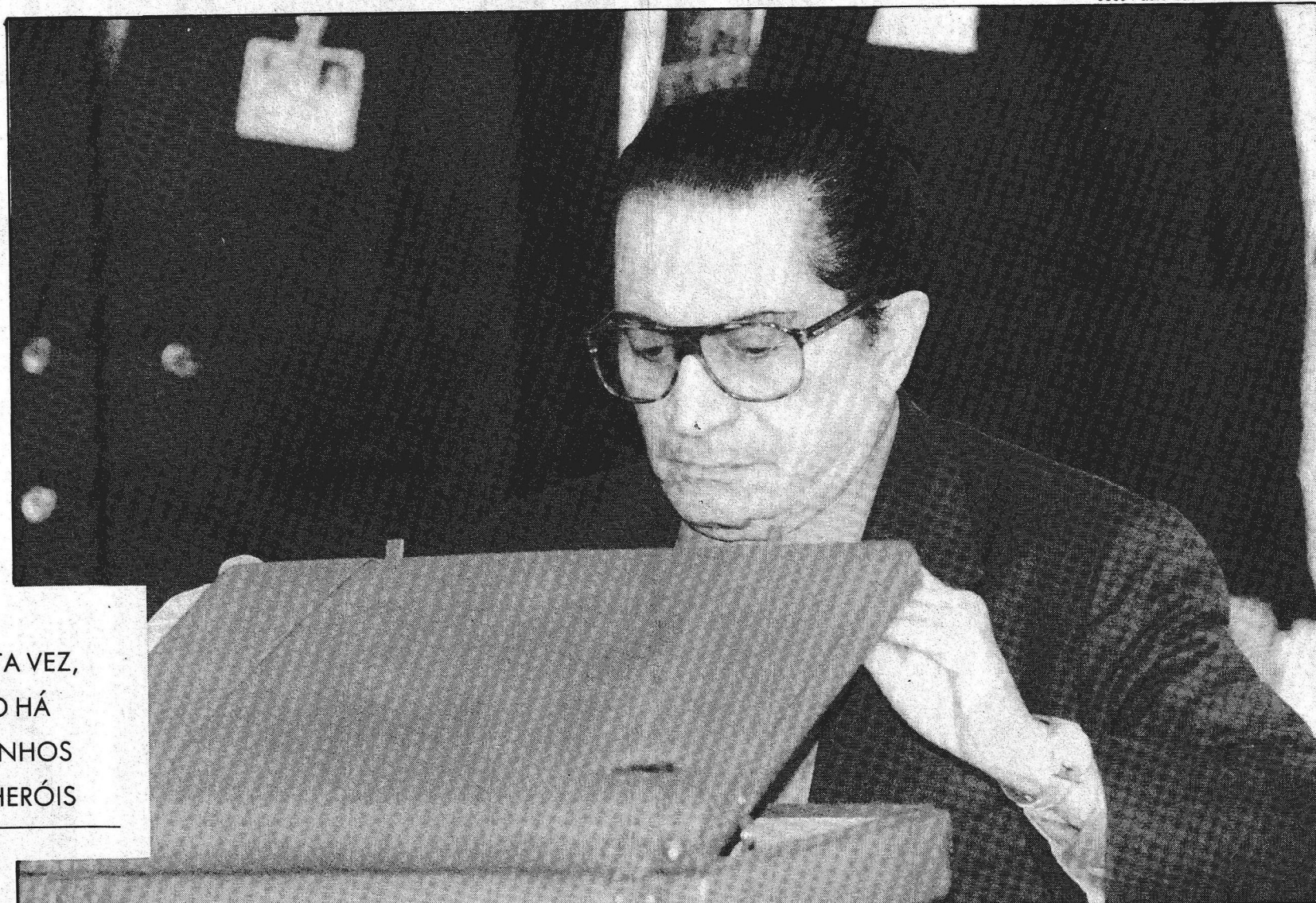
Foi de certa forma uma consequência natural da devassa do Esquema PC e do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Tudo começou um pouco por acaso, com a prisão do economista José Carlos Alves dos Santos, um ex-assessor do Senado que confessou sua participação no esquema de corrupção e apontou os políticos envolvidos. Mas a pressão da opinião pública e a intensa demanda pela moralização da política, amplificada pelo impeachment, foram decisivas para dar impulso à CPI.

Desta vez, porém, não há mocinhos na história. José Carlos, por exemplo, só contou o que sabia porque se viu soterrado por uma série de problemas policiais — é acusado de mandar matar a própria mulher, de portar dólares falsos, de contrabando e tráfico de drogas. O único motorista que apareceu deixou a CPI sob a suspeita de ter sido subornado para mentir no depoimento. Também não há, como no ano passado, um alvo definido para as investigações, um rosto para o escândalo: o trabalho da CPI do Orçamento mostra que é preciso mudar por inteiro o modo brasileiro de fazer política e manejar verbas públicas. O ano mostrou que derrubar um presidente não foi suficiente.

Pânico — A CPI de 1993 transformou-se numa máquina de triturar reputações. No começo do escândalo, instalou-se o pânico em Brasília e nos principais gabinetes do poder. Muitos, reconheceu-se depois, foram acusados injustamente. A maioria até agora mal conseguiu se recuperar do susto inicial. A primeira emblemática desse processo foi o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que em 1992 presidiu a histórica sessão que aprovou o início do processo de impeachment e afastou Collor da Presidência. Em 1993, Ibsen não encontrou explicações suficientes para os US\$ 2,3 milhões encontrados em suas contas bancárias e pode perder o mandato em 1994.

O fato de um dos heróis do impeachment ser desmitificado de forma tão constrangedora, misturada à máfia de anões comandada pelo deputado João Alves (sem partido-BA), é revelador sobre o que aconteceu no ano que termina. Collor e seus aliados tentaram tirar algum benefício do escândalo. Foi este Congresso corrupto que derrubou um presidente, disseram. Esqueceram que vários dos parlamentares hoje investigados pela CPI foram ativos representantes do governo Collor, como Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-ministro e ex-líder na Câmara. Também omitiram o fato de que boa parte das irregularidades descobertas em 1993 ocorreram com a complacência da administração Collor.

**DESTA VEZ,
NÃO HÁ
MOCINHOS
NEM HERÓIS**



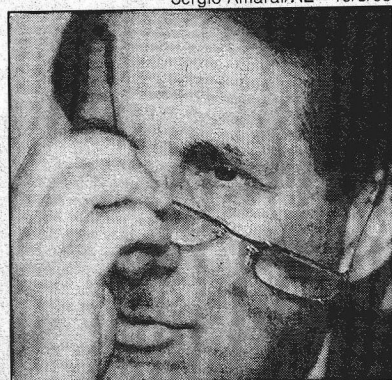
O deputado João Alves durante seu depoimento à CPI: o conteúdo da mala não serviu para convencer ninguém de sua inocência

André Dusek/AE—20/10/93



José Carlos chora ao depor: mais tarde, tentou três vezes o suicídio

Sérgio Amaral/AE—16/3/93



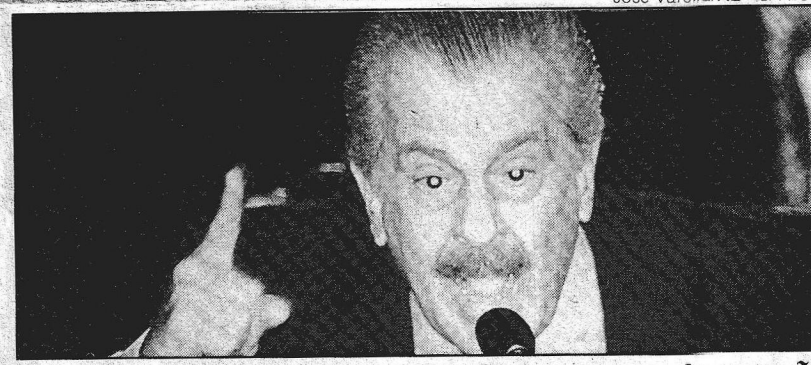
Quêrcia: suspeitas e renúncia

Maurilio Claretto/AE—27/10/93



Martins: dinheiro para Maluf

José Varella/AE—3/11/93



Fiúza falou grosso e esbravejou, mas não deve escapar da cassação